



**Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas**

CEP: 37.310-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18 684 217/0001-23

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 09/2024

*“Altera o artigo 20 e Inclui na Seção I ao Capítulo IV do Título II, da Lei Complementar Municipal nº 0022 de 30 de novembro de 2020 (Código de Posturas), os artigos 319-A, 319-B e 319-C, os quais tratam sobre a exigência de Estudo de Impacto de Vizinhança para Empreendimentos ou Atividades com Potencial de Impacto Urbanístico Significativo e dar outras providências.”*

A Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas aprovou e eu, Prefeito Municipal, José Francisco Matos e Silva sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Altera o Artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 0022 de 30 de novembro de 2020 (Código de Posturas), passando a vigorar a seguinte redação:

**Art. 20** – O alvará de localização e funcionamento é concedido e emitido pela Administração Municipal, a requerimento prévio do interessado.

**Parágrafo Primeiro:** Dependerá do alvará de localização e funcionamento todo estabelecimento com atividade comercial, industrial, agropecuária e prestador de serviço.

**Parágrafo Segundo:** É obrigatória a apresentação do alvará de prevenção e proteção contra incêndio emitido pelo Corpo de Bombeiros, renovado a cada quadrimestre, para que a Prefeitura Municipal forneça o alvará de licença.

**Parágrafo Terceiro:** A obtenção do alvará de localização e funcionamento fica condicionada à apresentação de alvará sanitário das instalações físicas.

**Art. 2º** - Inclui na Seção I ao Capítulo IV do Título II, da Lei Complementar Municipal nº 0022 de 30 de novembro de 2020 (Código de Posturas), os artigos 319-A,



**Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas**

CEP: 37.310-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18 684 217/0001-23

319-B e 319-C, os quais tratam sobre a exigência de Estudo de Impacto de Vizinhança para Empreendimentos ou Atividades com Potencial de Impacto Urbanístico Significativo, possuindo a seguinte redação:

**Art. 319-A** - A instalação de empreendimentos ou atividades que possam causar considerável impacto urbanístico fica condicionada à apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), conforme previsto no art. 4º, VI, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade).

**§1º** - O Estudo de Impacto de Vizinhança tem como objetivo avaliar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade no ambiente urbano, contemplando, no mínimo, os seguintes aspectos:

I – descrição do empreendimento ou atividade e regime de funcionamento, com identificação do proprietário, do requerente da licença e da titularidade do imóvel;

II – delimitação geográfica, caracterização e diagnóstico da área de influência direta e indireta do empreendimento ou atividade;

III – diagnóstico da situação antes da implantação do empreendimento ou atividade referente, no mínimo, aos aspectos relacionados no art. 319-B.

IV – prognóstico da situação futura, incluindo estimativas qualitativas e quantitativas dos impactos positivos e negativos diretamente e indiretamente decorrentes das fases de implantação, operação e, quando necessário, descomissionamento do empreendimento ou atividade, considerando, no mínimo, os seguintes cenários:

a) sem o empreendimento ou atividade;

b) com o empreendimento ou atividade e sem as medidas mitigadoras, potencializadoras e compensatórias;

c) com o empreendimento ou atividade e com a execução das medidas mitigadoras, potencializados e compensatórias.

V – proposição de medidas mitigadoras, potencializadoras e compensatórias dos impactos identificados e analisados e seus procedimentos de controle e monitoramento;

VI – Responsável Técnico e Equipe Técnica.



**Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas**

CEP: 37.310-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18 684 217/0001-23

análise de outros impactos em decorrência da natureza, porte e/ou localização do empreendimento ou atividade.

§ 4º O Município exigirá análise dos efeitos cumulativos e sinérgicos dos aspectos relacionados nos incisos I a VII e §§ 1º e 2º deste artigo, causados pelo empreendimento ou atividade objeto do EIV, bem como com todos os demais empreendimentos ou atividades licenciados na mesma área de influência definidos no Termo de Referência.

**Art. 319-C.** As medidas mitigadoras, potencializadoras e compensatórias indicadas no EIV, quando avalizadas pelo órgão licenciador, serão implantadas nos prazos previstos para cada etapa do licenciamento, antes da emissão do “habite-se”, da “aceitação das obras” ou da concessão do “alvará” correspondente.

§ 1º As medidas mitigadoras, potencializadoras e compensatórias serão implantadas na área de influência do empreendimento ou atividade, conforme definido no Termo de Referência.

§ 2º Cada impacto negativo identificado estará vinculado a, pelo menos, uma medida mitigadora ou compensatória.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos fiscais a partir de 01 de janeiro de 2024, respeitando o princípio da anterioridade.

Bom Jardim de Minas, 28 de novembro de 2024

  
**José Francisco Matos e Silva**  
**Prefeito Municipal de Bom Jardim de Minas**